

desprezo de assistir, gostaria de perguntar ao senhor se o senhor não gostaria de ter a sua oportunidade de justificar à população, e até pedir desculpas à sociedade, por ter, primeiro, não conseguido colocar em prática o que o senhor pensou que seria ideal para a nossa Saúde, imagino eu? E também por ter, na primeira sessão da nossa Comissão, ter faltado aqui na sua primeira convocação, e até hoje não ter sido entregue nenhum hospital de campanha decente à população?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputado, com todo respeito a Vossa Excelência, reitero o meu posicionamento anterior.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Dr. Edmar, acredito que, mais uma vez, respeitando obviamente a sua posição, respeitando o seu direito de permanecer em silêncio, mas não posso deixar de dizer que, como Relator dessa Comissão, e também sabendo que o senhor é um funcionário público, e o senhor é Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a gente tinha expectativas maiores perante as suas respostas e contribuição com esta Comissão. Então, para finalizar, eu gostaria também de saber se o senhor gostaria de, pelo menos, explicar qualquer fato que acredita que não seja condizente, que possa atrapalhar em alguma estratégia da defesa do senhor, que possa ajudar esta Comissão a entender o que de fato aconteceu na gestão do senhor, ou em outras gestões que assumiram, a forma, após a sua retirada, mas que nós podemos entender melhor sobre os hospitais de campanha, sobre os respiradores, sobre qualquer contrato que foi realizado por Organização Social. Gostaria de saber se o senhor poderia contribuir com qualquer informação pertinente para a nossa Comissão.

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputado, mais uma vez, muito respeitosamente, mantenho o meu posicionamento anterior.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Obrigado, Deputada Martha Rocha, Presidente da nossa Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Passo a palavra ao Deputado Luiz Paulo, registrando que também se encontram conosco a Deputada Enfermeira Rejane, a Deputada Mônica Francisco, o Deputado Marcelo Cabelheiro e o Deputado Pedro Ricardo. Deputado Luiz Paulo, por favor.

O SR. LUIZ PAULO - Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Sr. Edmar Santos. Primeira pergunta que eu lhe desejo fazer é absolutamente normal, e acho que o senhor conseguirá responder. Eu queria saber do senhor, quando o senhor ingressou no serviço público estadual e qual foi a sua trajetória até ser Secretário de Estado de Saúde.

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputado, primeiro, manifestar o meu apreço ao senhor, ao seu trabalho, mas a orientação que eu tive em relação a todos os questionamentos de hoje, segue o posicionamento anterior.

O SR. LUIZ PAULO - Foi a pergunta mais simples que eu poderia fazer para que todos conhecessem a trajetória do Secretário no serviço público, uma trajetória de um funcionário público que vinha numa ascensão profissional, dentro da sua função, médico da área militar, onde a disciplina, hierarquia e cumprimento do dever são pressupostos muito importantes. Não só aos senhores militares, mas todos os funcionários também civis. Tanto que o senhor é funcionário público com matrícula, um funcionário do estado. Não é um cargo comissionado, de livre nomeação. Tornou-se Secretário, que é de livre nomeação, mas fez uma carreira pública.

E, ao contrário do Deputado Ferreirinha, eu não me surpreendo dele não estar respondendo absolutamente nada, porque diz o ditado popular: "Quem não deve não teme." À luz da Justiça, quando você acha que suas respostas podem lhe comprometer, você não responde. A Deputada Martha Rocha foi bastante ampla em suas perguntas, e eu não quero ficar aqui repetindo. Eu só vou aqui repetir duas perguntas, de um caso para mim que é muito importante, entre tantos outros, porque teve a participação ativa do Governador. E, nesse caso, aparentemente, o Secretário poderia responder. A atitude dele nesse processo foi uma atitude que, bem aparentemente, correta. Eu vou repetir essa pergunta. Posso fazê-lo, Secretário? Parece-me que sua imagem congelou. Não sei se o Secretário está ouvindo. Eu acho que não está, Deputada Martha Rocha. A imagem dele...

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Vamos aguardar um pouco aqui. Pedir para... Secretário Edmar. Acho que ele virou para conversar com alguém e congelou a imagem.

O SR. LUIZ PAULO - Eu vou continuar. A primeira pergunta o senhor deve ter ouvido sobre a sua vida profissional dentro do Estado do Rio de Janeiro. Então, afirmo que Vossa Senhoria tem matrícula, teve ascensão profissional; um funcionário oriundo de carreira militar, rendido pela disciplina, pela hierarquia, pelo comparecimento etc. etc. Bom, mas o senhor não quis nos descrever a sua ascensão até o posto de Secretário. Ai em seguida diria... Eu ia fazer poucas perguntas porque a Deputada Martha Rocha foi muito ampla. Ela abordou todos os temas, e eu não queria ser repetitivo. Mas queria voltar a um tema, e a postura de Vossa Excelência aparentemente não tem problema nenhum. Então, também não vejo nenhum problema de Vossa Excelência responder.

No dia 16 de outubro de 2019, foi editada a resolução conjunta, Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria de Estado da Casa Civil, nº 664, tendo como signatários o senhor, Secretário de Estado de Saúde, e o Secretário de Estado da Casa Civil e Governança. A mencionada resolução conjunta se fundamentou na Lei Estadual 6.043/2011 e no Decreto Estadual 43.261/2011. "Após assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa no processo administrativo instaurado no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, sob o número E-08001170/2019, com vistas à apuração da gestão das unidades Saúde sob a responsabilidade da Organização Social da Saúde Instituto Unir de Saúde, observou-se indícios de irregularidades suficientes. Tais indícios ensejaram que a aludida resolução desqualificasse a entidade sem fins lucrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, nos moldes do §5º, artigo 75 do Decreto Estadual 43.261/2011. Esta desqualificação importou na rescisão dos contratos de gestão vigentes à época, reversão dos bens permitidos e dos valores entregues, sem prestação de contas, à utilização da Organização Social Unir, sem prejuízo de outras sanções cabíveis nos termos do §7º do artigo 75 do Decreto 43.261/2011, ocorrendo, assim, a rescisão unilateral pelo Poder Público dos contratos de gestão vigentes, nos termos da mencionada Organização Social direito a indenização, nos moldes do §9º do artigo 75 do referido Decreto 43.261/11." Bom, vem aqui a pergunta: dentro desse ato, tem todos os fundamentos legais provocados pela Secretaria de Saúde e também objeto da resolução conjunta, o que lhe chamou mais atenção no comportamento da Unir nos contratos que o senhor lá encontrou do ano de 2018? O que lhe chamou a atenção como o fato mais grave para o senhor tomar essa decisão da desqualificação?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputado, respeitosamente, vou manter a manifestação anterior.

O SR. LUIZ PAULO - Bom, posteriormente, em 23 de março de 2020, o denunciado, a Unir, sem fundamento idôneo legal, e o Governador, utilizando o poder discricionário de conveniência e oportunidade, deu provimento ao recurso administrativo, revogando a desqualificação da Unir. Este ato, Secretário, levaria a Unir a ter novamente direito aos seus contratos de gestão de UPAs. E, no ano de 2019/2020, salvo erro de memória, recebeu 106 milhões de reais pelos mesmos, e daí para frente poderia continuar esses contratos. Como também caberia à Unir, conforme gravações ouvidas pelo Ministério Público, e reveladas à imprensa, ela poderia também entrar na Justiça para exigir perdas e danos desde o mês de outubro, da desqualificação, até o mês de março quando foi requalificada. E, além do mais, visto que havia uma calamidade pública, poderia ela ser detentora de novos contratos. Esse ato monocrático de conveniência e oportunidade do Governador, passando por cima de decisões escritas nos processos que não recomendava tal atitude, não lhe trouxe constrangimento muito forte?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu vou reiterar o meu posicionamento anterior.

O SR. LUIZ PAULO - Bom, à Deputada Martha Rocha, eu queria propor a Vossa Excelência que também chamasse a esta Comissão os representantes da Unir, já que o Secretário não quer res-

ponder às perguntas sobre a Unir, visto que, aparentemente, ele não teria comprometimento com essa área. Era interessante a gente conhecer esse fato em mais profundidade, porque nessas conversas reveladas de gravação feita pelo Ministério Público, com autorização judicial, ficou claro que houve intermediação e, quiçá, propina. Então, queria propor isso a Vossa Excelência e, se Vossa Excelência assim o desejar, o faço por escrito.

Continuando. Vou fazer só mais uma pergunta, porque eu não tenho jeito aqui de ser papagaio, ficar repetindo tudo o que já foi perguntado sem nenhuma resposta. Mas essa é uma pergunta que, para mim, é fundamental. Eu já fui do Poder Executivo, já fui Secretário de Estado e já fui Secretário de Município. Então, conheço bem esse assunto. Eu jamais - jamais! - nem eu nem acho que qualquer Secretário - faria uma dispensa de licitação, um chamamento para construir sete hospitais de campanha de forma inusitada e ilegal, chamando a empresa labas para construir os hospitais sem ela ser uma firma de engenharia e, ao mesmo tempo, fazer a gestão desses mesmos hospitais. E isso exigiria montantes de recursos na ordem de 850 milhões de reais. É impossível que o senhor tenha tomado essa decisão sem submetê-la ao Sr. Governador do Estado. O senhor submeteu ao Governador do Estado essa decisão?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu reitero o meu posicionamento anterior.

O SR. LUIZ PAULO - Então, Deputada Martha Rocha, eu aqui evidentemente não me dou por satisfeito, mas não vou continuar a arguir, porque a determinação do Secretário, realmente orientada pelo seu advogado, é de não responder a nenhuma pergunta.

Mas gostaria de deixar uma última pergunta a ele. Esse momento, Secretário, seria uma oportunidade ímpar para o senhor dar uma satisfação à sociedade. Mais do que ao Parlamento, à sociedade. Porque o Parlamento no fundo representa parcelas dessa sociedade. E o senhor está envolvido num processo forte de corrupção e má gestão na área da Saúde. Mais de 90% dos processos de contratação na Saúde em pandemia estão envolvidos em grossas irregularidades e em processos de superfaturamento.

Não seria a hora de o senhor dar satisfação à sociedade, ou quiçá, com a cabeça no travesseiro, usando uma expressão popular, "chutar o balde" e fazer uma delação premiada?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputado, respeitosamente reitero o meu posicionamento anterior.

O SR. LUIZ PAULO - Deputada Martha Rocha, agradeço a oportunidade e dou por encerradas as minhas perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada.

Agradecendo ao Deputado Luiz Paulo, ao final da reunião colocaremos em votação a sua sugestão, não havendo necessidade fazê-lo por escrito.

O DR. DEODALTO - Está sem som, mas eu ouvi.

Bom dia a todos e todas, eu já fui contemplado com muitas perguntas do Ferreirinha e do Luiz Paulo, mas o ideal seria o esclarecimento do Dr. Edmar, para que essas respostas poderiam nos contemplar, todos os deputados aqui, sobre os esclarecimentos desses fatos. Mas, de qualquer maneira, vou deixar duas perguntas aqui, Dr. Edmar: quem foi que contratou o Gabriel Neves e, em relação a 66 empresas contratadas, em 44 delas foram cancelados esses contratos. O porquê que se contratou tanto e depois só 22 permaneceram. Então, são essas duas perguntas, Martha, que eu gostaria de deixar para o Secretário, tendo em vista que não estamos tendo as respostas.

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputado Deodalto, com todo respeito ao senhor, a V.Exa., eu reitero o meu posicionamento anterior.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Agradecendo ao Deputado Dr. Deodalto, Deputada Lucinha.

A SRA. LUCINHA - Em primeiro lugar, bom dia a todos os colegas, bom dia ex-Secretário, a todos os que estão acompanhando pela TV Alerj. Eu fiquei indignada e perplexa das várias perguntas formuladas pela nobre Deputada Martha Rocha, que pudesse trazer a esta Comissão esclarecimentos em relação a todos os desvios de conduta, má utilização dos recursos públicos por parte do gestor da área da Saúde. E a Deputada Martha Rocha foi muito firme. Elencou uma série de perguntas, muitas delas eu iria fazê-las.

Infelizmente, o ex-Secretário, ele está de corpo, mas não está de alma. Eu só queria lembrá-lo que já morreram mais de dez mil pessoas no Estado do Rio de Janeiro. e se ele consegue deitar a cabeça no travesseiro e dormir. Querida que ele me respondesse isso, por favor.

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Bom dia, Secretária. Reitero o meu posicionamento anterior. Deputada.

A SRA. LUCINHA - Uma outra pergunta que eu queria fazer ao Sr. Secretário. Dizem que jabuti não sobe em árvore, não é? Jabuti não sobe em árvore. Mas o Gabriel Neves era um jabuti, que estava em cima de uma árvore. Porque ele que era o operador do sistema. Sistema esse que nós vivenciamos, com a fraude que foi, de dizer para a população que iria construir sete hospitais de campanha para atender à demanda do coronavírus e nada disso aconteceu. Apenas o hospital do Maracanã funcionando e o São Gonçalo meia bomba.

Eu queria perguntar ao Secretário Edmar. Diga-me uma coisa: o senhor vai segurar essa rabiola sozinho ou o senhor vai aceitar fazer uma delação premiada? Porque, pelo que eu estou vendo, o senhor está assumindo todas as responsabilidades. Porque foi o senhor, como gestor, quem assinava todos os contratos.

Então eu gostaria de saber se o senhor vai fazer uma delação premiada ou o senhor vai segurar essa rabiola sozinho e vai pagar o preço como aconteceu no passado, em que nós tivemos também o Sr. Sérgio Côrtes, que também foi intimado várias vezes na Assembleia Legislativa e que, em determinado momento, não só eu como outros deputados, alertamos que ele iria acabar indo para a cadeia. E foi isso que aconteceu. Mas também o Governador também foi junto, que é o Cabral.

Então eu queria perguntar ao senhor: o senhor tem condição de me dizer hoje se o senhor vai assumir a responsabilidade sozinho de segurar essa rabiola toda ou o senhor vai aceitar delação premiada, para dar nome aos bois e dizer quem é que pôs o Gabriel Neves na árvore? Se foi o senhor ou se foi o Pastor Everaldo?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputada, muito respeitosamente, reitero meu posicionamento anterior.

A SRA. LUCINHA - Já que o senhor não vai responder a nenhuma das perguntas que foram formuladas sobre o tema em questão, eu gostaria de deixar para todas as pessoas que estão assistindo à TV Alerj, que não são muitas, são poucas as pessoas que têm essa possibilidade. Mas o Parlamento fluminense... às pessoas que perderam seus entes queridos, que choraram porque não puderam fazer um velório, não puderam se despedir; quero dizer a essas pessoas do desrespeito do senhor enquanto Secretário em não responder às perguntas formuladas por todos os deputados aqui nesta Casa.

E quero dizer aqui para a Deputada Martha Rocha, a nossa Presidente: Deputada Martha Rocha, eu queria dizer que a nossa tarefa é muito espinhosa. Mas, como o Deputado Luiz Paulo colocou muito bem, nós conseguimos convocar a "Diabas". E a "Diabas" veio aqui e abriu a boca. Falou pouco, mas falou. Falou do respirador, que quem autorizou a compra do respirador foi o Sr. Secretário Edmar. Ela não assumiu a responsabilidade, deu nome aos bois.

Vamos chamar também os representantes dessa Ong Unir, também para vir prestar conta, esclarecimento - nessa Comissão tão importante, essa Comissão Especial da Covid - para que a Unir também possa esclarecer.

E demais quero dizer ao Sr. Edmar que todas as famílias que perderam seus entes queridos responsabilizam o senhor e estão responsabilizando também o Governador. Porque o dinheiro que era para salvar vidas acabou indo - sabe para onde? - Para a lama. Acabou sendo desviado para o bolso daquelas pessoas que hoje podem até estar com dinheiro no bolso, mas vão acabar sendo presas. Porque a justiça tem que ser feita. Porque as pessoas que morreram, aquelas pessoas que as famílias choram até hoje, comentam e colocam com muita clareza: a responsabilidade é de quem está fazendo a gestão.

Então, Deputada Martha Rocha, vamos em frente. Eu não imaginava que o senhor fosse vir para esta audiência hoje para ficar calado. Porque, para mim, quem cala consente. Está certo? E, se tem outros envolvidos, para senhor teria que dar o nome dos outros envolvidos, porque senão o senhor vai ser responsabilizado sozinho em relação a todas essas irregularidades.

Muito obrigada, Deputada Martha Rocha e os demais colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Agradeço à Deputada Lucinha. Deputado Jorge Felipe Neto.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Bom dia, deputados, bom dia Secretário. A gente aprende na vida, Secretário, que quem fala a verdade não merece castigo. E é muito ruim esse silêncio, essa estratégia adotada por sua defesa. Porque, para responder grande parte aqui dos questionamentos, o senhor não precisaria ter acesso aos autos do STJ. É uma defesa da sua gestão, da higidez da sua gestão, da transparência a sua gestão.

E acho que essa estratégia, na minha humilde opinião, denota um certo grau de interesse em não colaborar com o esclarecimento das questões que a gente tem visto. O Secretário Ferry então tem sido muito enfático... foi muito enfático nas suas entrevistas. Mas, mais do que isso, uma intenção da defesa de talvez buscar manipular os fatos. Isso é muito ruim.

O Secretário Edmar aqui sempre respeitei, o Parlamento sempre respeitou. Nunca tivemos uma atitude de leviandade ou de exasperação, movimento político, para ninguém se galgar em cima dessa questão toda que tem acontecido. Muito pelo contrário, nós estamos aqui justamente dando uma oportunidade para que V. Exa. possa manter a visão do Parlamento com relação a sua pessoa. Enfim, não me cabe aqui criticar o colega, como caudilco que sou, mas acho um equívoco enorme da sua parte e da parte da defesa.

Mas, de qualquer forma, eu só queria entender, Secretário, como que eram feitos... Na verdade, quem fazia a gestão dos pagamentos? V. Exa. era só ratificador ou era também coordenador de despesa nestes contratos todos que foram mencionados pela Deputada Martha Rocha? Foi dito aqui pelo ex-Secretário Ferri que houve, sim, indicações de natureza política; se essas indicações teriam vindo do PSC.

E, ao final, quero saber de V. Exa. quem o senhor reputaria culpado pelos erros de gestão que foram elencados pela mídia, elencados pelo Ministério Público, que culminaram justamente nessa ação do STJ, com busca e apreensão no Palácio Laranjeiras, no Palácio Guanabara. Enfim, se o senhor responder, eu me dou satisfeito pelas perguntas aqui feitas e, também, pelas da Deputada Martha Rocha, que foram absolutamente precisas.

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Reafirmando o meu respeito a V. Exa., o meu apreço a esta Casa Legislativa, como sempre me comortei, reitero aqui a minha manifestação anterior.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente, Deputada Martha Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Márcio Pacheco.

O SR. MÁRCIO PACHECO (Pela ordem) - É só para registrar a minha presença na reunião e saudar os colegas. É só isso. Parabeno a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada, Deputado Márcio Pacheco. Também se encontra conosco o Deputado Valdecy da Saúde.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Sra. Presidente, eu me dou por satisfeito. Obrigado. Infelizmente, não foi produtivo como nós gostaríamos.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada, Deputado. Agradecendo ao Deputado Jorge Felipe Neto, passo a palavra ao Deputado Márcio Canella.

O SR. MÁRCIO CANELLA - Bom dia a todos. Bom dia, Deputada, bom dia, deputados. Eu também me sinto contemplado nas várias perguntas que já foram feitas. Quero parabenizar V. Exa. pela condução. Mas eu vou deixar uma pergunta aqui ao Secretário Edmar.

Porque, somente em relação aos respiradores não entregues, foram mais de cento e oitenta e sete milhões de reais. Como explicar a contratação de empresa que não tinha qualquer garantia quanto aos altos valores dos contratos ou mesmo experiência anterior no fornecimento de equipamentos desse porte, senhor Secretário?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputado, reitero o meu posicionamento anterior.

O SR. MÁRCIO CANELLA - Quem foi responsável por esses contratos?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputado, reitero o meu posicionamento anterior.

O SR. MÁRCIO CANELLA - O senhor teve alguma ingerência nisso?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Deputado, reitero o meu posicionamento anterior.

O SR. MÁRCIO CANELLA - Sem mais perguntas, Sra. Presidente, Deputada Martha Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Agradecendo ao Deputado Márcio Canella, passo a palavra ao Deputado Flávio Serafini.

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Sr. Presidente, Deputada Martha Rocha, um minuto. Antes de dar a palavra ao Deputado Flávio Serafini...

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Pois não?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - V. Exa. poderia me dar dois minutos de intervalo, por favor?

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Pois não.

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Eu já retorno. A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Então, vamos aproveitar...

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Sr. Presidente, Deputada Martha Rocha...

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Pois não.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Desculpe. Eu estou com uma dúvida aqui. Quando o Secretário Edmar foi exonerado da Saúde, ele foi para uma Secretaria especial...

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Extraordinária.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Ele continua exercendo esse cargo?

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Não. Essa pergunta foi feita por mim, porque ele foi nomeado para um cargo na Secretaria Extraordinária, e essa nomeação se deu no dia 18 de maio; 17 de maio ele foi exonerado por problemas de gestão; 18 de maio ele foi nomeado para essa nova Secretaria. E no dia 28 de maio a Justiça determinou o afastamento do cargo de Secretário. Em razão disso ele volta à Polícia Militar, porque ele é um oficial da Polícia Militar da ativa. Então, ele não exerce mais esse cargo desde o dia 28 de maio. Mas, isso não impede que o senhor faça a pergunta novamente.

Querida pedir só que tem alguém com um áudio aberto e está vazando uma voz de uma criança, que sempre é muito bem-vinda, mas nesse momento atrapalha.

Se os senhores me permitirem, eu gostaria de colocar em pauta para aprovação aproveitando esse tempo a sugestão do deputado Luiz Paulo para que nós pudéssemos convocar os representantes legais no Instituto Unir Saúde. Então, eu gostaria de verificar como vota o deputado Renan Ferreirinha.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Voto favoravelmente, elogiando a iniciativa, muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Luiz Paulo? Deputado Márcio Canella?

O SR. LUIZ PAULO - Voto sim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Luiz Paulo, sim. Deputado Márcio Canella?

O SR. MÁRCIO CANELLA - Sim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Márcio Pacheco?

O SR. MÁRCIO PACHECO - Voto sim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Flávio Serafini. Como vota o deputado Flávio Serafini?

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Voto sim, senhora Presidente.